Tudo que te move

BANCO TOYOTA

Banco Toyota do Brasil S.A.

CNPJ nº 03.215.790/0001-10

www.institucional.bancotoyota.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados clientes e acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, do Banco Toyota do Brasil S.A. ("Banco"), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN). Colocamo-nos ao inteiro dispor para os esclarecimentos julgados necessários. **Operação:** O Banco Toyota do Brasil foi originalmente constituído no ano de 1999 com o objetivo de viabilizar a compra de veículos aos clientes da Toyota do Brasil e tem como um de seus principais compromissos apoiar as iniciativas da montadora da marca, oferecendo mecanismos de crédito à Rede de Distribuidores Toyota, que possibilitem a formação de seus estoques, além de fomentar a comercialização dos seus estoques de veículos novos e seminovos. Desde o segundo semestre de 2021, em linha com os objetivos de negócios do grupo, o Banco iniciou as atividades da Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda. (Administradora), ofertando o Consórcio Toyota, um produto diferenciado no mercado, com condições e benefícios únicos. No segundo semestre de 2022, buscando aumentar o mix de produtos e serviços oferecidos aos clientes da marca, o Banco constituiu a Toyota Corretora de Seguros do Brasil Ltda. com o objetivo de oferecer produtos e serviços personalizados para cada cliente, conforme suas necessidades, por meio de uma forte parceria com as principais seguradoras do mercado. **Desempenho:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e arrendamento mercantil geraram receitas de intermediação financeira no montante de R$ 2.353 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Banco apurou lucro líquido de R$ 313 milhões. Tais números estão compostos pelos resultados incorridos com as operações de crédito, captações e demais despesas atreladas ao negócio do Banco, complementados pelos efeitos temporários da marcação a mercado da carteira de derivativos utilizada para a cobertura do risco de mercado. Os efeitos da marcação a mercado são considerados temporários, uma vez que a valorização dos derivativos é impactada por taxas de juros do mercado futuro e não necessariamente serão os valores de liquidação destas operações. Excluindo-se os efeitos da marcação a mercado destas operações, no decorrer do ano de 2025, o Banco apurou lucro de R$ 317.517 (Nota 19). Em 31 de dezembro de 2025 o Banco apresenta um patrimônio líquido no montante de R$ 1.283 milhões, considerando os lucros apurados após a exclusão dos impactos da marcação a mercado, o Banco apurou uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROE anualizado) de 22,83% em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia apurado foi de 12,99%. **Rating do Banco:** Em 31 de março de 2025 a S&P Global Ratings divulgou a permanência do rating de crédito de emissor em 'brAAA' atribuído na Escala Nacional Brasil. **Governança Corporativa:** O Banco possui uma estrutura interna de compliance e auditoria interna que alinhado às melhores práticas de governança corporativa, norteia um ambiente operacional baseado em um conjunto de normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares bem como as políticas internas do Banco. **Pessoas:** O Banco adota uma prática de equidade voltada à promoção da igualdade de oportunidades, da diversidade e da inclusão em seu ambiente organizacional, assegurando tratamento justo e isonômico em seus processos de recrutamento, desenvolvimento, avaliação, remuneração e progressão de carreira. Nossas políticas vedam qualquer forma de discriminação, direta ou indireta, inclusive em razão de gênero, raça, cor, etnia, idade, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, religião ou origem social, e prevê mecanismos de governança e canais de denúncia, com vistas ao aprimoramento contínuo das práticas internas e ao fortalecimento de uma cultura organizacional ética e inclusiva. No âmbito dos dados requeridos pela Lei 15.177/2025 destacamos abaixo as informações relativas ao Banco Toyota S.A.: Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos:

	2025 (*)			2024		
Nível	Total de Empregados	Mulheres	Proporção de Mulheres	Total de Empregados	Mulheres	Proporção de Mulheres
1. Executivo	19	6	31,6%	20	5	25,0%
2. Líderes	37	16	43,2%	33	13	39,4%
3. Contribuidores Individuais	146	70	47,9%	146	72	49,3%
Total	**202**	**92**	**45,5%**	**199**	**90**	**45,2%**

(*) Foi considerada toda a população referente ao ano de 2025, independentemente de estarem ativos em 31/12/2025.

Os níveis hierárquicos foram agrupados para resguardar a privacidade das informações: Executivos (Superintendentes e Gerentes), Líderes (Supervisores/Supervisores de Vendas e Especialistas II), Contribuidores Individuais (Especialistas, Analistas Sr., Pl. e Jr. e Assistentes). A estrutura estatutária do Banco Toyota, nos anos de 2025 e 2024, é composta por 5 pessoas do sexo masculino. As práticas de remuneração do Banco Toyota são pautadas pela legislação, análise de cargos, pesquisa salarial, experiência profissional, bem como na meritocracia, com base nas avaliações de desempenho. Todos estes fatores em conjunto são considerados para o enquadramento salarial, promoções e desenvolvimento de carreira na organização. As informações adicionais exigidas pela Lei nº 15.177/2025 serão divulgadas no Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, que será publicado no endereço eletrônico www.bancotoyota.com.br/Informativos. **Ouvidoria:** A Ouvidoria do Banco tem por atribuição assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, encaminhando à administração as reclamações e sugestões prestadas pelos clientes, sobre seus produtos e serviços. A Ouvidoria atende de segunda a sexta, das 9h às 18h, pelo telefone 0800 7725877. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e à rede de concessionárias pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos serviços.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2025
Disponibilidades	2.II.b	357
Instrumentos financeiros - Custo amortizado		11.646.738
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.II.b/3	1.188.298
- Operações de crédito - setor privado	5a	10.591.332
- Valor presente das operações de arrendamento mercantil	5a/b	87
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5a/f	(158.361)
- Outros créditos	6	25.382
Instrumentos financeiros - Valor justo por meio do resultado		29.173
- Derivativos	4	29.173
Instrumentos financeiros - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		19.265
- Derivativos	4	19.265
Ativos fiscais correntes e diferidos		279.287
- Ativos fiscais correntes		21.217
- Ativos fiscais diferidos	7	258.070
Outros valores e bens		63.959
- Outros valores e bens		51.690
- Despesas antecipadas		12.269
Provisões para redução ao valor recuperável de outros valores e bens		(2.697)
Investimentos		93.512
- Participações em controladas no país	8	93.380
- Outros investimentos		132
Imobilizado de uso	2e	14.504
- Outras imobilizações de uso		54.323
- Depreciações acumuladas		(39.819)
Intangível	2e	5.819
- Ativos intangíveis		23.781
- Amortizações acumuladas		(17.962)
Total do Ativo		**12.149.917**

Passivo	Notas	31/12/2025
Passivos financeiros - Custo amortizado		8.386.361
- Depósitos a prazo e interfinanceiros	9a	3.569.643
- Letras financeiras	9b	4.702.189
- Outros passivos	10b	112.082
- Outras provisões	5a/f	2.447
Passivos financeiros - Valor justo por meio do resultado		2.177.716
- Derivativos	4	2.405
- Empréstimos no exterior	9c	2.175.311
Passivos financeiros - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		154.994
- Derivativos	4	154.994
Passivos fiscais correntes e diferidos		103.467
- Obrigações fiscais correntes	10a	102.943
- Obrigações fiscais diferidas	7	524
Provisão para contingências	10c	44.879
Patrimônio Líquido	12	1.282.500
Capital social		686.261
- De domiciliados no exterior		686.261
Reservas de lucros		603.605
Outros resultados abrangentes		(7.366)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**12.149.917**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

			Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes			
	Notas	Capital social	Legal	Outras	Ganhos e perdas - Hedge	Remensuração de benefícios	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**686.261**	**88.588**	**688.816**	**15.107**	**214**	**–**	**1.478.986**
Efeitos Adoção inicial da Res. CMN n° 4966/21 e 4975/21	2 III	–	–	–	–	–	(23.947)	(23.947)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		**686.261**	**88.588**	**688.816**	**15.107**	**214**	**(23.947)**	**1.455.039**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	312.915	312.915
Juros sobre capital próprio	12	–	–	–	–	–	(124.000)	(124.000)
Distribuição de dividendos	12	–	–	(208.717)	–	–	(130.050)	(338.767)
Outros resultados abrangentes		–	–	–	(22.683)	(4)	–	(22.687)
Destinação								
Reserva de lucros		–	–	19.272	–	–	(19.272)	–
Destinação resultado do exercício		–	–	43.219	–	–	(43.219)	–
Efeito adoção Res. CMN nº 4.966/21	2 III	–	–	(23.947)	–	–	23.947	–
Reserva legal	12	–	15.646	–	–	–	(15.646)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**686.261**	**104.234**	**499.371**	**(7.576)**	**210**	**–**	**1.282.500**
Saldos em 30 de junho de 2025		**686.261**	**93.980**	**480.099**	**(2.437)**	**214**	**78.490**	**1.336.607**
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	205.086	205.086
Juros sobre capital próprio	12	–	–	–	–	–	(124.000)	(124.000)
Distribuição de dividendos	12	–	–	–	–	–	(130.050)	(130.050)
Outros resultados abrangentes		–	–	–	(5.139)	(4)	–	(5.143)
Destinação								
Reserva de lucros		–	–	19.272	–	–	(19.272)	–
Destinação resultado do semestre		–	–	43.219	–	–	(43.219)	–
Efeito adoção Res. CMN nº 4.966/21	2 III	–	–	(23.947)	–	–	23.947	–
Reserva legal	12	–	10.254	–	–	–	(10.254)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**686.261**	**104.234**	**499.371**	**(7.576)**	**210**	**–**	**1.282.500**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Notas	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado Bruto de Intermediação Financeira		469.224	892.924
- Receitas de intermediação financeira	13a	1.194.093	2.353.135
- Despesas de intermediação financeira	13b	(579.148)	(943.007)
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	13c	(66.637)	(147.743)
- Resultado com derivativos	4/13d	(79.084)	(369.461)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(211.599)	(425.688)
- Receitas de tarifas bancárias		1.386	2.823
- Despesas de pessoal		(51.034)	(99.047)
- Outras despesas administrativas	14	(183.772)	(360.530)
- Resultado de equivalência patrimonial	8	25.182	39.765
- Despesas tributárias	15d	(26.472)	(53.508)
- Outras receitas operacionais	15a	45.573	86.075
- Outras despesas operacionais	15b	(22.462)	(41.266)
Resultado Operacional		**257.625**	**467.236**
Resultado não Operacional	15c	**(18.984)**	**(34.160)**
Resultado antes dos Impostos		**238.641**	**433.076**
Imposto de Renda e Contribuição Social	7b	**(33.555)**	**(120.161)**
- Provisão para imposto de renda corrente		(26.074)	(89.575)
- Provisão para contribuição social corrente		(23.217)	(74.952)
- Ativo/(Passivo) fiscal diferido		15.736	44.366
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	19	205.086	312.915
Quantidade de Ações (Mil)		**343.131**	**343.131**
Lucro Líquido por Ação	**12**	**0,60**	**0,91**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O SEMESTRE E PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	205.086	312.915
Hedge de fluxo de caixa	(5.139)	(22.683)
- Variação do valor justo	(9.344)	(41.243)
- Efeito Fiscal	4.205	18.560
Benefícios pós-emprego	(4)	(4)
- Remensurações	(7)	(7)
- Efeito Fiscal	3	3
Total do Resultado Abrangente	199.943	290.228

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	**205.086**	**312.915**
- Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	66.637	147.743
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.736)	(44.366)
- Resultado de equivalência patrimonial	(25.182)	(39.765)
- Depreciações e amortizações	5.313	11.031
- Insuficiência de depreciação	(81)	(156)
- Provisão de contingências	7.476	8.401
- Resultado de marcação a mercado de derivativos	7.817	16.721
- Resultado de marcação a mercado de empréstimos no exterior	4.169	11.863
- Atualização de depósitos judiciais	(243)	(452)
- Constituição/(Reversão) de provisões para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	4.086	7.719
Lucro líquido ajustado	**259.342**	**431.654**
Atividades Operacionais	**(770.020)**	**(290.649)**
- Aumento em operações de crédito	(396.836)	(155.711)
- Redução em operações de arrendamento mercantil	241	542
- Redução de outros valores e bens	10.708	6.719
- Aumento em outros créditos	(5.566)	(13.670)
- Aumento em ativos fiscais correntes	(2)	177
- Aumento em despesas antecipadas	(1.634)	(438)
- Redução em outros passivos	(65.485)	(8.342)
- Redução/(Aumento) em obrigações fiscais correntes	(29.989)	52.384
- Aumento em depósitos a prazo e interfinanceiros	531.656	163.889
- Redução em letras financeiras	(736.562)	(377.114)
- Redução/(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	(17.017)	127.827
- Imposto de renda e contribuição social pagos	(39.903)	(72.532)
- Redução de ativos/passivos diferidos	(19.631)	(14.380)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente nas atividades operacionais	**(510.678)**	**141.005**
Atividades de Investimentos		
- Alienação de imobilizado de uso e intangível	326	386
- Aquisição do ativo imobilizado e intangível	(643)	(12.608)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente nas atividades de investimentos	**(317)**	**(12.222)**
Atividades de Financiamentos		
- Aumento em obrigações por empréstimos	314.745	353.200
- JCP pagos	(124.000)	(124.000)
- Dividendos pagos	(130.050)	(338.767)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente nas atividades de financiamentos	**60.695**	**(109.567)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(450.300)**	**19.216**
Modificações Líquidas em Caixa e Equivalente de Caixa:		
- Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.638.955	1.169.439
- Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	**1.188.655**	**1.188.655**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(450.300)**	**19.216**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Toyota do Brasil S.A., denominado "Banco", é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída conforme as leis brasileiras, com sede localizada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 3º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A instituição atua como banco múltiplo, operando com carteiras de investimento e financiamento, tendo como principal objetivo a realização de operações de crédito voltadas, predominantemente, ao financiamento de veículos da marca Toyota. O controle acionário do Banco é exercido pela Toyota Financial Services International Corporation (TFSIC), entidade financeira sediada nos Estados Unidos, que detém a totalidade das ações ordinárias, exceto uma. A TFSIC, por sua vez, é integralmente controlada pela Toyota Financial Services Corporation (TFSC), empresa financeira com sede no Japão. As atividades do Banco são desenvolvidas no âmbito de um conglomerado de instituições financeiras que atuam de forma integrada no mercado, sendo que determinadas operações contam com a coparticipação ou intermediação de entidades associadas, integrantes do Conglomerado Banco Toyota do Brasil S.A. Os benefícios decorrentes dos serviços prestados entre essas instituições, bem como os custos relacionados à estrutura operacional e administrativa, são distribuídos de maneira conjunta ou individual, conforme critérios de praticabilidade e razoabilidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

I. Apresentação das demonstrações financeiras: a) Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem a Resolução CMN nº 4.818/20, a Resolução BCB nº 2/20, as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial. O Banco optou pela isenção facultada pela norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários em 1º de janeiro de 2025. As demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco, definidas conforme previsto na Resolução nº 4.524/16 e Resolução nº 4.817/20 do Conselho Monetário Nacional. **II. Principais políticas contábeis:** a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, por operações que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, tais como, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em depósitos interfinanceiros, com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa são representados por:

	31/12/2025
Disponibilidades	357
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	1.188.298
Total	**1.188.655**

c) Ativos e Passivos Financeiros: i. Ativos Financeiros: O Banco classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual. O Banco classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). • Modelo de Negócio: configura a maneira pela qual o Banco administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR. • Teste SPPJ: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se referem ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e os juros se referem à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico, a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Caso esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • Mensurados a valor justo por meio do resultado: Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis. Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo no balanço, sendo os custos de transação e as respectivas modificações subsequentes reconhecidas imediatamente no resultado. • Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda. São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. O Banco pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. O Banco não possui ativos classificados nessa categoria. • Mensurados ao custo amortizado: São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado. ii. Passivos financeiros: O Banco classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto pelos derivativos e os empréstimos que são objeto de hedge, que são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. iii. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição do Banco. As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Banco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre *hedge* contábil e suas categorias. • Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado. O Banco possui contratos de Swap (instrumentos de hedge) que em sua contratação foram designados para compensar os riscos decorrentes da exposição à variação do valor de mercado de captações em moedas estrangeiras (itens objeto de hedge) e foram enquadrados na categoria de hedge de risco de mercado. Os instrumentos e os itens objeto de "hedge" são ajustados a valor de mercado na data do balanço e registrados em conta de resultado. • Hedge de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. O Banco possui contratos de Swap (instrumentos de hedge) que em sua contratação foram designados para compensar os riscos decorrentes da exposição à variação do valor de mercado de captações em moedas estrangeiras ou a exposição a valor de mercado das captações pós-fixadas (itens objeto de hedge) e foram enquadrados na categoria de hedge de fluxo de caixa. Os instrumentos e os itens objeto de "hedge" são ajustados a valor de mercado na data do balanço e registrados em conta de outros resultados abrangentes. O valor de mercado dos derivativos foi estimado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, na qual os fluxos de caixa projetados são calculados por uma taxa de desconto obtida junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Banco utiliza as taxas referenciais da curva DI x Pré e Cupom Cambial fornecidas pela B3 para a data de contratação e a data-base de apreçamento. As taxas são interpoladas pelos métodos de interpolação exponencial e linear, comensuradas com o prazo remanescente dos contratos de swap. iv. Baixa: É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. O Banco efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas. v. Reestruturação: Os ativos financeiros reestruturados são aqueles em que há alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. As reestruturações em que há concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração são caracterizadas como reestruturações. vi. Determinação do valor justo: A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação. vii. Perdas de crédito esperadas: Em relação à provisão para perdas de crédito, as Resoluções CMN nº 4.966/21 e

continua ★

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 DO BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A. (Em milhares de reais)

BCB nº 352/23 estabelecem critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, inclusive às operações de arrendamento mercantil, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar. O Banco apura o risco de crédito e as perdas esperadas de forma coletiva, agrupando os instrumentos financeiros, gerenciados de forma massificada, em grupos homogêneos de risco conforme sua política de crédito. Adota-se a metodologia completa de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, definida no artigo nº 44 das resoluções supracitadas, sendo obrigatória para instituições do Segmento 3 (S3). **Constituição de provisão:** O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/23 e Resolução BCB n° 352/23 para: (i) ativos financeiros; (ii) compromissos de crédito e créditos a liberar. O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito. • Estágio 1 - refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco e com menos de 30 dias de atraso em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas. • Estágio 2 - refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito e com atraso entre 30 e 90 dias, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (Ativo problemático). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro ("lifetime"). O reconhecimento de juros dessas operações se dá sobre o saldo devedor financeiro, sem considerar valores de provisão para perda esperada; e • Estágio 3 - refere-se a instrumentos financeiros classificados como ativos problemáticos, em processo de recuperação de crédito. Nessa fase, aplica-se o conceito de stop accrual, que consiste na suspensão do reconhecimento contábil de receita de juros. Os juros, quando aplicáveis, devem ser calculados com base no saldo contábil líquido da provisão para perda esperada, refletindo o valor recuperável do ativo. Os ativos financeiros que apresentam atraso superior a 90 dias, ou que evidenciem deterioração relevante da capacidade de pagamento, são classificados como ativos problemáticos. Também se enquadram nessa condição aqueles que passaram por renegociação com concessões substanciais ou cuja recuperação integral nas condições originais seja considerada improvável. As receitas de qualquer natureza desses ativos somente são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas. O ativo financeiro sofrerá alterações entre os estágios no decorrer de sua vida de acordo com o aumento ou redução do seu risco de crédito. Ativos financeiros são normalmente baixados, quando não há expectativa de recuperação destes valores. A Administração, embasada em estudos técnicos estatísticos relacionados aos prazos de não recebimento dos ativos financeiros, possui como política a devida baixa do ativo financeiro quando este atinge 180 dias de atraso, sendo o saldo baixado como prejuízo controlado em contas de compensação. d) Provisão para perdas no valor recuperável de ativos (Impairment): O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão adicional, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões sobre os bens registrados como bens não de uso próprio foram reconhecidas no resultado do período, classificadas como resultado não operacional. e) Permanente: É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • O investimento em controladas é avaliado pelo método de equivalência patrimonial; • Depreciação de bens do imobilizado de uso do Banco pelo método linear com base nas taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: veículos e sistemas de processamento de dados, 20% a.a.; e instalações, mobiliários e demais equipamentos, 10% a.a. Inclui as benfeitorias em imóveis de terceiros com vida útil definida e amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico; • Ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. São compostos por softwares (20% a.a.) e desenvolvimento interno de software (10% a.a.), registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 de Passivos Contingentes, obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Provisões passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. • Obrigações legais (provisão para contingências) - Referem-se às demandas judiciais por meio das quais estão sendo questionadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. g) Obrigações fiscais - imposto de renda e contribuição social: As obrigações fiscais para apuração do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) correntes, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no ano (R$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são passíveis de registro contábil e são calculados sobre adições e exclusões temporárias. O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas é efetuado pelas alíquotas aplicáveis no período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo, sendo apresentados no não circulante. h) Uso de estimativas contábeis e julgamentos críticos: A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, recuperabilidade do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados a valor justo. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. i) Resultado não recorrente: Conforme disposto na Resolução BCB nº 02, considera-se resultado não recorrente o resultado que: • Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; • Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco estabelece através de política interna a definição dos critérios considerados na determinação do resultado não recorrente: • Receitas ou despesas que não tem relação direta com o resultado das operações do Banco e que não tendem a se repetir no futuro. • Receitas ou despesas inesperadas e que não aconteceram em anos anteriores ou que não se espera que aconteçam nos próximos anos, a fim de manter a comparabilidade do resultado entre períodos. Para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não houve itens de resultado que se enquadrem como resultado não recorrente. j) Benefícios a empregados: Trata-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como por meio de disposições legais, ou setoriais, os quais exigem com que o Banco contribua por forma de benefícios aos seus empregados. Entre os benefícios estão: • Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, previdência privada, participações nos resultados e bônus e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período. • Benefícios pós-emprego: aposentadoria e outros benefícios como assistência saúde pós-emprego. O Banco avalia como plano de benefício definido, seus benefícios pós-emprego, e seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações. O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as remensurações do benefício definido, principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. O valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras é calculado anualmente por atuários independentes, os quais determinam a taxa de desconto apropriada para a mensuração destas obrigações. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banco considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado.

III. Normas, alterações e interpretações de normas: a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025: A Resolução CMN nº 4.966/2021, com as atualizações introduzidas pela Resolução CMN nº 5.100/23, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, incluindo diretrizes para mensuração, reconhecimento, classificação e baixa, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contábil (contabilidade de hedge). Essas normas estão alinhadas aos requisitos da norma internacional IFRS 9, conforme os critérios contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), cuja adoção tornou-se obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025. Os efeitos quantitativos decorrentes da adoção inicial foram reconhecidos diretamente na conta de lucros acumulados. Em consonância com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/21, a adoção inicial do modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito resultou em impactos quantitativos significativos. O total dos efeitos, após a devida mensuração e consideração dos efeitos tributários, totalizaram R$23.534. A Lei nº 14.467/22 (com as alterações da Lei nº 15.078/24) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento, as perdas incorridas em valor superior ao lucro real não podem ser deduzidas no ano de 2025. A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês. Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.975/21, com as atualizações promovidas pela Resolução CMN nº 5.101/23, determinou a observância ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, no que se refere ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento mercantil. A aplicação obrigatória dessas diretrizes também teve início em 1º de janeiro de 2025, promovendo maior convergência às normas internacionais de contabilidade. Esses efeitos, após a devida mensuração e consideração dos efeitos tributários, totalizaram R$ 413 sendo reconhecidos diretamente na conta de lucros acumulados. b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros: Em 2023 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.100/23 e a Resolução BCB nº 352/23, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, as quais postergaram a vigência do Capítulo V, que trata da Contabilidade de Hedge, para 1° de janeiro de 2027. O Banco vem avaliando a aplicação da referida norma, quando aos critérios de contabilidade de Hedge, e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas. Em 2024 foi emitida a Resolução CMN nº 5.185/24, determina, aplicável ao Banco Toyota a partir do exercício de 2028, a divulgação do Resultado de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade nas demonstrações financeiras anuais, adotando os pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS: I - Pronunciamento Técnico CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, e II - Pronunciamento Técnico CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimento em 02 de janeiro de 2026 e remuneração de 14,80% a 14,90%, eram as seguintes:

	31/12/2025
Aplicações no mercado aberto - Custo amortizado	
Posição Bancada	
- Tesouro prefixado - LTN	536.299
- Tesouro SELIC - LFT	651.999
Total (Nota 2.II.b)	**1.188.298**

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender às necessidades próprias, no sentido de administrar suas exposições globais. O gerenciamento e o acompanhamento desses riscos são efetuados pela área de riscos do Banco através de políticas e estratégias de operação para posições assumidas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração. A estratégia do Banco é proteger os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado e compensar variações de fluxos de caixa estimados, adotando a contabilidade de hedge (hedge accounting), em conformidade com as normas e diretrizes vigentes. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, além das políticas e objetivos da gestão de risco, estão documentadas no início de cada operação. Também são documentados os testes de efetividade iniciais e prospectivos, evidenciando desta maneira que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado. As estruturas de hedge accounting mantidas pelo Banco são classificadas como hedge de risco de mercado e hedge de fluxo de caixa. Atualmente, a carteira de operações offshore está exposta a moedas estrangeiras e estas foram convertidas em uma dívida a uma taxa variável local (DI) e uma taxa pré-fixada, eliminando assim 100% do risco da variação cambial e ficando expostas às oscilações do mercado local de juros. O Banco também possui contratos de Swap (instrumentos de hedge) que em sua contratação foram designados para compensar os riscos decorrentes da exposição à variação do valor de mercado das captações com Letra Financeira, CDI e CDB, pós fixados, (itens objeto de hedge) e foram enquadrados na categoria de hedge de fluxo de caixa. Essas operações de Swap, estão registradas e custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Além dos contratos de swap designados às estruturas da contabilidade de hedge (hedge accounting), o Banco possui operações de Swap a fim de manter um percentual mínimo de proteção sobre a carteira de ativos de CDC e Leasing. Esse percentual mínimo é estabelecido pela Matriz TFSIC - Toyota Financial Services International Corporation. Essas operações de Swap estão registradas e custodiadas na B3 sem garantia de ambas as partes, ou seja, sem necessidade de depósito de margem.

		Diferencial a receber / pagar			01/01 a 31/12/2025
	Valor de referência	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Receita (Despesa)
ATIVO					
Moeda x Pré - Cash Flow [1]	430.888	4.288	2.472	(1.817)	33.153
Moeda x CDI - Fair Value [1]	299.600	26.167	25.797	(370)	(116.992)
CDI x Pré - Cash Flow [2]	1.941.284	15.643	16.793	1.150	19.490
CDI x Pré - Fair Value	200.000	2.864	3.376	512	33.963
Total do ativo	**2.871.772**	**48.962**	**48.438**	**(525)**	**(30.386)**
PASSIVO					
Moeda x Pré - Cash Flow [1]	1.510.338	(142.302)	(152.586)	(10.284)	(292.439)
CDI x Pré - Cash Flow [2]	700.000	416	(2.408)	(2.824)	(1.415)
CDI x Pré - Fair Value	310.000	(3.144)	(2.405)	739	(45.221)
Total do passivo	**2.520.338**	**(145.030)**	**(157.399)**	**(12.369)**	**(339.075)**
Total Geral	**5.392.110**	**(96.068)**	**(108.961)**	**(12.894)**	**(369.461)**

[1] Esses swaps são instrumentos de proteção dos empréstimos em moeda estrangeira que são objeto do hedge. [2] Esses swaps são instrumentos de proteção das captações com Letra Financeira, CDI e CDB que são objeto do hedge.

Os derivativos por prazo de vencimento:

			31/12/2025
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total
Até 03 meses	2.985	(2.928)	57
De 03 a 12 meses	40.427	(98.354)	(57.927)
De 01 a 03 anos	5.026	(56.117)	(51.091)
Total	**48.438**	**(157.399)**	**(108.961)**
Circulante	43.412	(101.282)	(57.870)
Não circulante	5.026	(56.117)	(51.091)

Segue abaixo a relação dos swaps, designados como instrumentos de hedge nas estruturas de hedge contábil mantidas pelo Banco, o valor de principal em moeda estrangeira são dos empréstimos contratados que são objeto do hedge:

Hedge de risco de mercado:

				31/12/2025
Data da operação	Moeda	Valor de referência em moeda estrangeira	Vencimento	Ajuste a mercado positivo / (negativo) - BRL
13/04/2023	USD	40.000	13/04/2026	603
08/09/2023	USD	20.000	08/09/2026	(233)
Total USD		**60.000**		**370**

Hedge de fluxo de caixa:

				31/12/2025
Data da operação	Moeda	Valor de referência em moeda estrangeira	Vencimento	Ajuste a mercado positivo/ (negativo) - BRL
17/12/2024	USD	40.000	17/06/2026	176
17/12/2024	USD	40.000	17/02/2027	(1.143)
10/01/2025	USD	20.000	10/02/2027	(1.535)
10/01/2025	USD	30.000	10/11/2026	(1.531)
23/04/2025	USD	30.000	22/01/2027	(1.250)
16/04/2025	USD	30.000	16/10/2026	(1.346)
17/12/2025	USD	50.000	17/12/2027	(283)
Total USD		**240.000**		
Total BRL				**(6.912)**
27/12/2024	JPY	2.042.323	28/12/2026	(1.341)
26/12/2024	JPY	5.473.005	26/06/2026	(1.265)
25/11/2025	JPY	2.325.300	26/11/2027	(1.049)
27/12/2024	JPY	4.627.800	16/06/2027	(1.533)
Total JPY		**14.468.428**		
Total BRL				**(5.188)**

Não há parcela inefetiva relacionada às estruturas de hedge contábil. A efetividade apurada para a carteira de hedge contábil está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02, onde a designação do instrumento financeiro derivativo tem o objetivo de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa das obrigações por empréstimos no exterior (Nota 9c).

5. CARTEIRA DE CRÉDITO AVALIADA AO CUSTO AMORTIZADO

a) Composição e classificação da carteira de operações de crédito:

				31/12/2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	10.266.064	189.451	135.817	10.591.332
Arrendamento mercantil	87	–	–	87
Total da carteira de crédito	10.266.151	189.451	135.817	10.591.419
Compromisso de crédito	1.877.748	–	–	1.877.748
Total da carteira de crédito ampliada	**12.143.899**	**189.451**	**135.817**	**12.469.167**
Provisão para perdas incorridas	-	–	(16.302)	(16.302)
Provisão para perdas esperadas [1]	(69.252)	(23.407)	(51.847)	(144.506)
Total líquido da carteira de crédito ampliada	**12.074.647**	**166.044**	**67.668**	**12.308.359**

[1] Inclui o montante de R$ 2.448 de provisão de perda esperada com compromisso de créditos, registrado na rubrica de outras provisões, no passivo.

b) Valor presente da carteira de operações de arrendamento mercantil: As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a opção feita pelo arrendatário, com cláusulas de atualização pós-fixada ou com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato. A garantia dos arrendamentos a receber está suportada pelos próprios bens arrendados. O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, estão resumidos a seguir:

	31/12/2025
Arrendamentos a receber	(59)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(105)
Bens arrendados	1.417
Insuficiência/Superveniência de depreciação	120
Depreciação acumulada de bens arrendados	(1.068)
Perda em arrendamento a amortizar	626
Amortização acumulada das perdas em arrendamento	(570)
Credores por antecipação de valores residuais	(274)
Total	**87**

c) Concentração dos principais devedores:

	31/12/2025	
	Valor	%
10 maiores devedores	678.873	6,41
50 seguintes maiores devedores	680.870	6,43
100 seguintes maiores devedores	223.560	2,11
Demais devedores	9.008.116	85,05
Total	**10.591.419**	**100,00**

d) Composição da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil por atividade:

	31/12/2025
Operações de crédito e de arrendamento mercantil:	
- Pessoa física	7.746.100
- Comércio	2.016.470
- Outros serviços	730.628
- Indústria	98.221
Total	**10.591.419**

e) Composição da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil por faixa de vencimento das operações por parcela:

	31/12/2025	
	Valor	%
Curso Normal - A vencer:		
Até 3 meses	1.654.899	16,18
De 3 a 12 meses	4.116.902	40,25
De 1 a 3 anos	3.977.312	38,88
De 3 a 5 anos	479.557	4,68
Acima de 5 anos	916	0,01
Total	**10.229.586**	**100,00**
Curso Anormal - Parcelas a vencer e vencidas:		
Até 90 dias	312.109	86,26
De 91 a 180 dias	49.724	13,74
Total	**361.833**	**100,00**
Total carteira	**10.591.419**	**100,00**
Circulante	6.133.634	57,91
Não circulante	4.457.785	42,09

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferências para o Estágio 2	Transferências para o Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Transferências para Prejuízo	Constituições/ Reversões	Saldo em 31/12/2025
ECL	66.242	(4.661)	(2.650)	5.273	16.066	–	(13.467)	66.803
Estágio 2	Saldo inicial	Transferências para o Estágio 1	Transferências para o Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Transferências para Prejuízo	Constituições/ Reversões	Saldo em 31/12/2025
ECL	21.399	(5.273)	(2.029)	4.661	578	–	4.071	23.407
Estágio 3	Saldo inicial	Transferências para o Estágio 1	Transferências para o Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Transferências para Prejuízo	Constituições/ Reversões	Saldo em 31/12/2025
ECL	98.242	(16.066)	(578)	2.650	2.029	(176.012)	157.886	68.151
Total	**185.883**	**(26.000)**	**(5.257)**	**12.584**	**18.673**	**(176.012)**	**148.490**	**158.361**

Provisões compromisso de crédito [1]

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferências para o Estágio 2	Transferências para o Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Transferências para Prejuízo	Constituições/ Reversões	Saldo em 31/12/2025
ECL	3.194	–	–	–	–	–	(746)	2.448
Total	**3.194**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(746)**	**2.448**

[1] Compromisso de crédito estão registradas em conta de compensação. Os montantes de compromisso de crédito eram de R$ 1.877.748 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

g) Movimentação da provisão

	01/01 a 31/12/2025
Saldo inicial da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 31/12/2024	222.227
Ajustes de adoção inicial Resolução BCB n° 4.966/21	(33.150)
Saldo inicial ajustado em 01 de janeiro de 2025 (Nota 5f)	189.077
- Provisão no exercício (nota 13c)	147.743
- Créditos baixados para prejuízo	(176.012)
Saldo no fim do exercício	**160.808**

O montante de operações renegociadas no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 200.089 e R$ 388.044, respectivamente.

6. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2025
Depósitos judiciais [1]	6.701
Valores a receber de empresas ligadas (Nota 11)	1.570
Adiantamentos salariais	591
Outros [2]	16.520
Total	**25.382**
Circulante	18.681
Não circulante	6.701

[1] Refere-se basicamente aos depósitos judiciais relativos a processos da PIS e COFINS, cuja provisão está registrada na rubrica de "Outras obrigações - Provisão para contingências" (Nota 10c).

[2] Refere-se, basicamente, aos saldos pendentes de liquidação, os quais são liquidados em D+1, e ao imobilizado em processamento.

7. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDOS

O Banco registra os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social em atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20, considerando para tanto as perspectivas de resultados tributáveis futuros e em prazos compatíveis com seu planejamento estratégico de crescimento. O incremento, reversão ou a manutenção dos ativos fiscais são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os ativos e obrigações fiscais diferidas apresentaram a seguinte composição:

I - Ativos fiscais diferidos:	31/12/2024	Realizações	Constituições	31/12/2025
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	162.609	(65.077)	122.773	220.305
Provisões para contingências	15.773	(2.602)	7.123	20.294
Prejuízo fiscal/Base Negativa	12.419	(12.419)	–	–
MTM - Marcação a mercado derivativos e obrigações por empréstimos	–	–	6.199	6.199
Outras adições temporárias	9.537	(8.936)	10.671	11.272
Total dos créditos tributários	**200.338**	**(89.034)**	**146.766**	**258.070**
II - Obrigações fiscais diferidas:				
Avaliação a valor de mercado				
MTM - Marcação a mercado derivativos e obrigações por empréstimos	25.435	(25.435)	209	209
Juros Depósito COFINS	82	(82)	285	285
Superveniência de Depreciação	31	(31)	30	30
Total das obrigações fiscais diferidas	**25.548**	**(25.548)**	**524**	**524**

a) Projeção de realização e valor presente dos ativos fiscais diferidos:

	31/12/2025
1º Ano	74.416
2º Ano	39.859
3º Ano	39.222
4º Ano	32.466
5º Ano	22.669
Acima de 5 anos	49.438
Total	**258.070**
Valor Presente [1]	**162.691**

[1] Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa Selic de 15,00% ao ano.

b) Composição dos encargos tributários sobre o resultado do semestre/exercício

Devidos sobre operações do semestre/exercício:	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	**238.641**	**433.076**
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	(107.389)	(194.885)
Adições/exclusões aos encargos de IRPJ e CSLL decorrentes:		
Juros sobre o capital próprio	55.800	55.800
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.332	17.894
Doações, incentivos fiscais e adicional de IRPJ	2.968	4.222
Provisões não dedutíveis	(12.002)	(59.977)
Compensação de prejuízo fiscal	–	12.419
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(49.291)**	**(164.527)**
Diferenças Temporárias:		
(Despesas)/receitas de tributos diferidos	15.736	44.366
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(33.555)**	**(120.161)**

8. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

Em 29 de setembro de 2021, o Banco constituiu a Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda. ("Administradora"), cuja homologação pelo Banco Central do Brasil ocorreu em 22 de setembro de 2021 e seu Capital Social Integralizado em 20 de outubro de 2021. No 1º trimestre de 2022, a Administradora iniciou suas atividades operacionais com a administração de Grupos de Consórcio. Em 28 de setembro de 2022, o Banco constituiu a Toyota Corretora de Seguros do Brasil Ltda. ("Corretora"), cuja Concessão de autorização para funcionamento pelo Banco Central do Brasil ocorreu em 22 de setembro de 2022 e seu Capital Social Integralizado em 04 de novembro de 2022. A Corretora iniciou suas atividades no primeiro trimestre de 2023. Informações sobre as investidas:

Controlada	% Participação	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Qte. de cotas	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial 01/07 a 31/12/2025	Resultado da equivalência patrimonial 01/01 a 31/12/2025
Toyota Administradora de Consórcio	100	40.501	20.508	15.000.000	40.501	12.295	20.508
Toyota Corretora de Seguros	100	52.879	19.257	3.500.000	52.879	12.887	19.257
Total					**93.380**	**25.182**	**39.765**

continua

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 DO BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A. (Em milhares de reais)

9. CAPTAÇÕES

a) Depósitos:

	31/12/2025
Depósitos interfinanceiros [1]	2.086.911
Depósitos a prazo [1]	1.482.732
Total	**3.569.643**

[1] Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos interfinanceiros e a prazo estavam indexados de 100% a 107% do CDI e as pré-fixadas estavam de 11,72% a 15,35%.

A composição por vencimento era a seguinte:

	31/12/2025
Até 03 meses	1.154.300
De 03 a 12 meses	1.085.323
De 01 a 03 anos	1.330.020
Total	**3.569.643**
Circulante	2.239.623
Não circulante	1.330.020

Concentração dos principais depositantes:	31/12/2025	
	Valor	%
10 maiores depositantes	2.935.421	82,23%
50 seguintes maiores depositantes	634.222	17,77%
Total	**3.569.643**	**100,00%**

b) Letras financeiras:

	31/12/2025
Letras Financeiras públicas e privadas [1]	4.702.189
Total	**4.702.189**

[1] Em 31 de dezembro de 2025, as letras financeiras públicas e privadas estavam indexadas a 100% do CDI e as pré-fixadas estavam de 11,02% a 12,32%.

A composição por vencimento era a seguinte:

	31/12/2025
Até 03 meses	702.354
De 03 a 12 meses	1.885.757
De 01 a 03 anos	2.114.078
Total	**4.702.189**
Circulante	2.588.111
Não circulante	2.114.078

c) Obrigações por empréstimos: O Banco possui empréstimos junto a bancos no exterior no montante de R$ 2.175.311, equivalentes a USD 300.000 e YEN 14.468.428, com vencimentos até 17 de dezembro de 2027, acrescido de variação cambial em moeda estrangeira e taxas de juros de 1,01 % a.a. até 5,90% a.a. O montante de ajuste a valor de mercado das Obrigações por empréstimos objetos de hedge é positiva em R$ 802.

	31/12/2025
Obrigações por empréstimos no exterior	2.175.311
Total	**2.175.311**

A composição por vencimento era a seguinte:

	31/12/2025
Até 03 meses	14.500
De 03 a 12 meses	1.145.726
De 01 a 03 anos	1.015.085
Total	**2.175.311**
Circulante	1.160.226
Não circulante	1.015.085

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Obrigações fiscais correntes:

	31/12/2025
Provisão para imposto de renda	45.411
Provisão para contribuição social	46.840
COFINS a recolher	3.564
PIS a recolher	579
ISS a recolher	238
Tributos retidos e contribuições sociais a recolher	6.311
Total	**102.943**
Circulante	102.943

b) Outros passivos:

	31/12/2025
Credores diversos [1]	47.144
Provisão para pagamentos a efetuar	45.733
Sociais e estatutárias	8.684
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.519
Passivos atuariais	5.002
Total	**112.082**
Circulante	107.080
Não circulante	5.002

[1] Refere-se substancialmente a liberações de contratos de CDC, liquidados em D+1.

c) Contingências:

	31/12/2025
Fiscais - Contestação Judicial da Constitucionalidade da Lei	22.189
Outras Contingências Fiscais	7.436
Cíveis	12.341
Trabalhistas	2.913
Total (Nota 16c)	**44.879**
Não circulante	44.879

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Os valores abaixo referem-se às transações com empresas controladas e coligadas:

	31/12/2025 Ativo / (passivo)	01/07 a 31/12/2025 Receita/ (despesa)	01/01 a 31/12/2025 Receita/ (despesa)
Toyota do Brasil Ltda.			
- Valores a receber (Nota 6)	1.299	22.985	45.431
Toyota Financial Services Corporation			
- Reembolso de despesas	–	(754)	(2.506)
Kinto Brasil Serviços de Mobilidade Ltda.			
- Outros ativos financeiros (Nota 6)	16	103	401
Toyota Administradora de Consórcio (Controlada)			
Depósitos a prazo	22.104	(1.510)	(2.436)
- Outros ativos financeiros (Nota 6)	211	635	1.201
Toyota Corretora de Seguros (Controlada)			
Depósitos a prazo	39.071	(2.296)	(3.756)
- Outros ativos financeiros (Nota6)	44	216	618

As transações com partes relacionadas foram contratadas às taxas compatíveis com as de mercado, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

b) Remuneração do pessoal chave da Administração: A remuneração total do pessoal chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 6.475, a qual é considerada benefício de curto prazo.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social do Banco é de R$ 686.261 sendo composto por 343.130.917 ações ordinárias nominativas. A reserva legal estatutária é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social. Em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2025 foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de 208.717 referentes aos lucros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Em Assembleia Geral Ordinária de 22 de dezembro de 2025 foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R$ 130.050 referentes aos lucros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e em assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2025 deliberou-se o pagamento de Juros sobre Capital próprio no montante de R$ 124.000 (R$ 105.400 líquido de imposto de renda retido na fonte).

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro líquido	205.086	312.915
Média ponderada do número de ações	343.131	343.131
Lucro líquido por ação (em reais)	0,60	0,91

13. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

a) Receitas da Intermediação Financeira:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Rendas de financiamentos	1.042.744	2.039.821
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	82.231	178.830
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	59.303	115.102
Rendas de empréstimos	9.842	19.346
Operações de arrendamento mercantil	(27)	36
Total	**1.194.093**	**2.353.135**

b) Despesas da Intermediação Financeira:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Empréstimos no exterior[1]	(36.786)	116.667
Letras financeiras	(318.941)	(628.393)
Depósitos interfinanceiros	(121.496)	(266.081)
Depósitos à prazo	(89.356)	(137.892)
Perda na retomada de bens	(12.023)	(26.626)
Operações compromissadas	(546)	(682)
Total	**(579.148)**	**(943.007)**

[1] Em 31 de dezembro de 2025, esse saldo refere-se basicamente a despesas de juros e a variação cambial.

c) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Operações de crédito	(66.639)	(147.746)
Operações de arrendamento mercantil	2	3
Total (Nota 5g)	**(66.637)**	**(147.743)**

d) Resultado com derivativos:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado de marcação a mercado	(11.987)	(8.368)
Resultado com apropriação de juros e variação cambial	(67.097)	(361.093)
Total (Nota 4)	**(74.084)**	**(369.461)**

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Serviços técnicos especializados	(78.432)	(154.426)
Serviços de terceiros	(25.092)	(47.279)
Processamento de dados	(23.142)	(51.317)
Cobrança	(21.467)	(39.688)
Promoções e relações públicas	(19.022)	(36.130)
Aluguéis	(726)	(979)
Amortizações e depreciações	(5.313)	(11.031)
Serviços do sistema financeiro	(1.182)	(2.791)
Comunicações	(1.679)	(3.252)
Outras despesas administrativas	(7.717)	(13.637)
Total	**(183.772)**	**(360.530)**

15. OUTROS

a) Outras receitas operacionais:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Recuperações de encargos e despesas	45.156	85.143
Atualização de depósitos judiciais	243	452
Outras receitas operacionais	174	480
Total	**45.573**	**86.075**

b) Outras despesas operacionais:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Descontos concedidos em renegociações	(13.036)	(27.656)
Pagamento de comissão para parte relacionada	(754)	(2.506)
Contingências passivas	(7.476)	(8.401)
Atualização monetária de contingências	(698)	(1.293)
Outras despesas operacionais	(498)	(1.410)
Total	**(22.462)**	**(41.266)**

c) Resultado não operacional:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado na venda de bem não de uso próprio	(14.898)	(26.441)
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	(4.086)	(7.719)
Total	**(18.984)**	**(34.160)**

d) Despesas Tributárias:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Tributos Federais	(24.816)	(49.992)
Tributos Estaduais	(7)	(7)
Tributos Municipais	(1.419)	(3.115)
Outros	(230)	(394)
Total	**(26.472)**	**(53.508)**

16. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Ativos contingentes: No exercício findo de dezembro de 2025 não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais: As provisões e contingências para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e municipais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes, conforme detalhado a seguir. I - Ações de natureza tributária: PIS/COFINS - discussão sobre a incidência das contribuições sobre o faturamento, assim entendido como a receita de venda de bens e serviços no montante de R$ 21.200 para o PIS e no montante de R$ 989 para COFINS; COFINS - discussão sobre receitas que não integram a base de cálculo da COFINS, valores recuperados com despesas antecipadas (honorários, despachante, custas processuais), por não se tratar de receitas novas de suas atividades, mas daquilo que foi antecipado no montante R$ 4.060. Outras - Outras ações judiciais de natureza tributária no montante de R$ 3.376. II - Ações de natureza cível: Perfazem o montante de R$ 12.341, e se referem majoritariamente a pedidos de devolução de tarifas de prestação de serviço, e de cancelamento e devolução de contratos de seguro financiados pelos clientes da instituição financeira. As ações são provisionadas e contestadas judicialmente pelo entendimento de que as tarifas são válidas e cobradas de acordo com as normas do Bacen e os seguros foram de fato contratados pelos clientes. III - Ações de natureza trabalhista: Perfazem o montante de R$ 2.913 se referindo majoritariamente a processos de ex-funcionários que pleiteiam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. c) Movimentação da provisão e obrigações legais:

	01/01 a 31/12/2025
Saldo no início do exercício	35.051
Atualização monetária	1.427
Constituição	14.184
Reversão	(5.783)
Saldo no final do exercício (Nota 10c)	44.879

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: O montante de passivos contingentes classificados como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 15.761, decorrentes principalmente de ações de natureza cível R$ 9.166, fiscal R$ 823 e trabalhista R$ 5.772. e) Órgãos reguladores: Não existem processos administrativos em curso por parte de órgãos reguladores, integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

17. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos permite a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados ao Conglomerado. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Conglomerado, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco. E, em função da necessidade de reporte internacional, os controles e políticas seguem as diretrizes recomendadas pela nossa matriz. A estrutura de gerenciamento de riscos possui como atribuições a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos Riscos de Crédito, Operacional, Mercado e Liquidez, Socioambiental e os demais riscos relevantes. O gerenciamento de riscos é integrado, possibilitando o controle e a mitigação dos efeitos resultantes das interações entre os riscos mencionados. Para o gerenciamento de riscos existem políticas definidas e documentadas, destinadas a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis estabelecidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O comitê de risco é responsável por formalizar as aprovações de políticas, metodologias aplicadas e acompanhar o gerenciamento de riscos do Conglomerado, manifestando-se quanto aos principais resultados reportados. Além desse, o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) do Conglomerado é responsável por formalizar, analisar e definir as estratégias e resultados ligados aos Riscos de Mercado e Liquidez. Risco de crédito: Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador (clientes) de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do cliente, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O risco de crédito compreende, entre outros: I - O risco de crédito da contraparte; II - Ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, obrigações e compromissos. Os relatórios periódicos, bem como as diretrizes adotadas pela área de gestão do risco de crédito são avaliados e aprovados pela Administração. Risco de mercado: Risco de mercado está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de bolsas de valores, mercado de taxas de juros e mercado de câmbio e dos preços de mercadorias (commodities) dentro e fora do país, que trazem reflexos nos preços dos ativos. O processo de gestão abrange todas as operações que estão sujeitas ao risco de perda financeira proveniente da exposição às flutuações de bolsas de valores, taxas de juros e câmbio. Análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2025, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenários	Choque	Taxa Mercado (1 ano)	Nova Taxa Mercado (1 ano)	Valor do Ajuste
Provável	10%	13,81%	15,19%	(1.499)
Possível	25%	13,81%	17,26%	(3.748)
Remoto	50%	13,81%	20,72%	(7.496)

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência. Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento) de 10% sobre a taxa de juros em todos os vértices/prazos. Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento) de 25% sobre a taxa de juros em todos os vértices/prazos. Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento) de 50% sobre a taxa de juros em todos os vértices/prazos. O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas. Para as operações de empréstimo externo é feito um *swap* perfeito de 100% eliminando o risco de variação cambial, com isso apresentamos neste teste de sensibilidade somente com a taxa pré-fixada. Risco de liquidez: O risco de liquidez resulta da possibilidade de o Conglomerado ter acesso limitado à disponibilidade de caixa em valor suficiente para honrar as saídas de caixa necessárias à liquidação financeira de suas operações. As análises para gestão do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas: Limites de risco de liquidez: Contemplam os procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez dentro do limite do índice de liquidez estabelecido na política interna do Conglomerado. É realizado no mínimo trimestralmente o teste de aderência do fluxo de caixa projetado utilizando as informações do caixa efetivo diário gerado pelo departamento de *Back-Office* de Tesouraria. Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Não são considerados nesta definição os riscos estratégicos e os de imagem. A melhoria contínua de processos é uma das principais diretrizes do Conglomerado. Nesse sentido, o gerenciamento do risco operacional torna-se peça fundamental para segurança de nossos clientes, colaboradores e acionistas. A estrutura de gerenciamento de risco operacional tem como objetivo desenvolver estratégias para identificar, avaliar, monitorar e controlar/reduzir os riscos operacionais associados ao Conglomerado. Risco socioambiental: Risco socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de danos socioambientais. A Política de Responsabilidade Socioambiental, trata da criação do Comitê de Risco Socioambiental cuja responsabilidade é deliberar sobre os temas que envolvam riscos socioambientais de acordo com critérios e parâmetros predefinidos. As descrições detalhadas das estruturas que regem as atividades de risco de crédito, mercado, liquidez, operacional, e socioambiental, podem ser encontradas no endereço www.bancotoyota.com.br/informativos. Razão de alavancagem - RA: Em atendimento à Circular BACEN nº 3.748/15, as informações relacionadas à metodologia para apuração da razão de alavancagem (RA) encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.bancotoyota.com.br/Informativos.

18. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital tem como objetivo dar suporte ao Conglomerado na manutenção de um nível de capital compatível com os riscos incorridos em suas operações, e tem por fundamento um processo contínuo de monitoramento e controle de seu capital, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está exposto, planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos do Conglomerado e uma postura prospectiva, antecipando os efeitos sobre o capital de possíveis mudanças nas condições de mercado. O nível mínimo de capital requerido pelo regulador é parte integrante da gestão de capital, sendo que o Conglomerado cumpriu com os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor em todos os meses do período das demonstrações financeiras. O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos - Pilar 3, incluindo o detalhamento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Maiores informações podem ser encontradas acessando o sítio eletrônico www.bancotoyota.com.br, em "INFORMATIVOS" na parte de "SERVIÇOS".

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

I - Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN nº 3.263/05 - O Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira com as partes as quais possua essa modalidade de acordo. II - No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Banco apurou lucro líquido de R$ 312.915 mil. Tais números estão compostos pelos resultados incorridos com as operações de crédito, captações e demais despesas atreladas ao negócio do Banco, complementados pelos efeitos temporários da marcação a mercado da carteira de derivativos utilizada para a cobertura do risco de mercado. III - Os efeitos da marcação a mercado são considerados temporários, uma vez que a valorização dos derivativos é impactada por taxas de juros do mercado futuro e não serão os valores de liquidação destas operações. Excluindo-se os efeitos da marcação a mercado destas operações, no decorrer do exercício, o Banco apurou lucro de:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado sem impactos da Marcação a Mercado	211.679	317.517
Marcação a Mercado	(6.593)	(4.602)
Lucro líquido do semestre/exercício	**205.086**	**312.915**

A DIRETORIA

Eliane Carolina Quaglio Arjonas
Contador(a) - CRC - 1SP 232846/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento às Resoluções 4.910/2021 do Conselho Monetário Nacional, e 130/2021, do Banco Central do Brasil, reúnem-se os membros do Comitê Executivo de Auditoria do conglomerado Banco Toyota do Brasil S.A. ("BTB"), formado em conjunto pelas empresas do grupo, Toyota Administradora de Consórcio do Brasil Ltda. ("TAC") e Toyota Corretora de Seguros do Brasil Ltda. ("TCS"). Nos termos do Estatuto Social da empresa líder do Conglomerado BTB, o Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, os quais encontram-se identificados a seguir: Sr. Luciano Savoldi, Sr. Luiz Cafarella (membro qualificado), e Sr. Lucio Anacleto. Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Conglomerado BTB, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: • Avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da função de gerenciamento de riscos; • Avaliar a atuação, qualificação e independência da Auditoria Independente e da Auditoria Interna; • Revisar as demonstrações financeiras, Notas Explicativas, Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. • Monitorar e avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos Auditores Independentes ou internos. O Comitê possui um efetivo canal de comunicação com os Auditores Independentes para discutir os resultados dos trabalhos e aspectos contábeis relevantes, permitindo a formação de conclusão sobre a apresentação das demonstrações financeiras e sobre as avaliações realizadas. Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e até a data do presente relatório, destacam-se: • Revisão de qualidade das demonstrações financeiras, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e parecer da Auditoria Independente; • Acompanhamento da efetividade das Auditorias Independente e Interna, áreas de Riscos, Controles Internos, Compliance, Segurança e Tecnologia da Informação, Controladoria, Crédito e Cobrança, além de interação com as áreas responsáveis pelos indicadores e resultados dos negócios do Banco Toyota do Brasil da Administradora de Consórcios Toyota e da Toyota Corretora de Seguros; e • Acompanhamento de ações da Administração para atendimento das recomendações de órgãos reguladores e das Auditorias Independente e Interna. Não chegou ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do Banco. Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presentes as atribuições inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria recomenda à Administração a aprovação das demonstrações financeiras e conclui que todas as linhas de controle e governança estão adequadamente representadas e mantém correntes suas atribuições, atuação e responsabilidades, sendo certo que: (i) Os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio do Conglomerado Banco Toyota do Brasil S.A., não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) Os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco são satisfatórios; e (iii) As demonstrações financeiras do Conglomerado Banco Toyota do Brasil S.A. relativas ao semestre e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, não havendo divergência entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026

Luciano Savoldi
Presidente do Comitê

Luiz Cafarella
Membro Independente qualificado

Lucio Anacleto
Membro Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas - Banco Toyota do Brasil S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Toyota do Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota 2.I.a às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2(II)(c)(vii) e 5):** A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução CMN nº 2.682/99, estabelecendo novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da administração. Adicionalmente, a determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração a existência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, e considera a aplicação de metodologia que utiliza várias premissas e variáveis, incluindo informações prospectivas e critérios para determinar aumentos ou reduções significativas de risco de crédito e a consequente classificação desses ativos financeiros em estágios, previstos na Resolução nº 4.966 do CMN. Dessa forma, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento dos processos adotados pela administração para análise, avaliação e aplicação da Resolução nº 4.966 do CMN, quanto ao processo de determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como, realizamos testes de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma. Em relação à metodologia de provisão para perdas esperadas, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, substancialmente relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da Resolução nº 4.966 do CMN; (ii) entendimento e recálculo, em base amostral dos parâmetros de risco desenvolvidos para a mensuração da perda esperada; (iii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas esperadas, considerando a avaliação da integridade da base de dados e os modelos adotados pela administração; (iv) testes sobre a classificação desses ativos financeiros nos estágios; e (v) análise das divulgações requeridas e realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base na Resolução nº 4.966 do CMN, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria. **Porque é um PAA: Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Notas 2(II)(c)(iii) e 4).** A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é um processo que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de precificação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para valorização desses instrumentos, e/ou dados observáveis. Dessa forma, mantemos esse assunto como foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes técnicas de precificação e premissas podem produzir estimativas de valor justo diferentes, bem como devido à relevância dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Com o auxílio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, realizamos entendimento quanto a metodologia de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, e analisamos a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores. Efetuamos, também, (i) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraídas dos sistemas subjacentes que servem de base para a mensuração do valor justo; e (ii) reperformance

continua →★

★ continuação

BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

independente, em base amostral, dos cálculos de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos, estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

pwc
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador - CRC 1SP235228/O-5

ESTADÃO RI

QUER RESULTADOS? PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO.

LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

+27,5 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês

LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:

ESTADÃO ESTADÃO RI a rádio dos melhores ouvintes ELDORADO FM 107.3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais – Seguidores e Inscritos Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25)